

Aumento do IOF provoca incertezas no mercado de câmbio

» RODRIGO EDUARDO MARIANO

Advogado tributarista de inteligência de negócios e jurista, mestre e especialista em direito tributário, empresarial e do agronegócio

O aumento da alíquota do IOF neste momento é uma decisão política totalmente irracional que vai causar um prejuízo em cadeia para empresas de diversos setores e segmentos. E não se trata apenas do aumento de custos das operações de crédito. Mesmo que a alta não tenha afetado as operações de câmbio ainda, o mercado já tem sentido os seus efeitos. Tanto nas operações diretas de compra e venda de moeda estrangeira quanto nas transferências de recursos em moeda estrangeira, o IOF incide como alíquota em todas as operações de câmbio feitas no Brasil. O que varia é o percentual cobrado em cada operação.

Nas transações em espécie, por exemplo, a alíquota atual varia de 0,38% (compra) a 1,1% (venda). Os mesmos percentuais são cobrados quando uma empresa, através de uma ordem de pagamento interna, pega dinheiro de uma empresa fora do país (seja por empréstimo ou investimento) ou faz uma remessa. É oneroso trabalhar com outras moedas no Brasil. O mercado de câmbio é sobretaxado, não só em termos tributários, mas também por conta da cobrança de serviços das instituições financeiras. Existem outras tarifas que devem ser consideradas nas operações de envio de dinheiro para o exterior ou recebimento, como o Código SWIFT ou BIC. Além disso, tanto os bancos públicos como os privados cobram uma porcentagem sobre o valor da transação que vem de fora, a qual fica em torno de 1% do valor total da operação.

O cenário atual é de incerteza. Empresas que operam diretamente com esse mercado foram muito penalizadas durante a pandemia, como as casas de câmbio. No período, o turismo internacional ficou praticamente estancado e, com a vacinação, agora acontece uma retomada tímida, ainda muito impactada pela desvalorização do real frente ao dólar. Em meio a todo esse cenário, vem a questão: o IOF vai subir também para as operações de câmbio? Se antecipando ao aumento, as agências já estão aplicando uma isenção das taxas de serviços, o que não é bom para a saúde financeira delas, mas é um diferencial para a sobrevivência.

E quem opera o caixa em moeda estrangeira, como fica? As filiais de empresas estrangeiras no Brasil terão um sobrecusto para receber recursos ou fazerem suas remessas. E é claro que aumento dos custos financeiros são compensados por corte de gastos, que podem começar pelo quadro de funcionários para diminuir a folha salarial, aumentando a taxa de desemprego.

Para investidores estrangeiros, há uma pitada a mais que pode inibir as transações:



ções: a forte desvalorização do real frente ao dólar deixa a renda fixa pouco atrativa mesmo diante da alta da taxa de juros. Por outro lado, a volatilidade do mercado acionário e a instabilidade econômica afugentam o aporte de recursos.

E tudo isso em um cenário político e econômico difícil. De acordo com o Banco Central, os investimentos diretos de estrangeiros no Brasil, em agosto, somaram US\$ 4,5 bilhões, o que representa uma queda de 26% em comparação com julho. O volume ficou abaixo da estimativa da autoridade monetária para o período, que era de US\$ 5,8 bilhões. Para quem não sabe, os investimentos diretos são feitos por empresas que estabelecem um relacionamento de médio e longo prazo com o país e são menos voláteis por envolver decisões mais duradouras. Portanto, a diminuição é uma notícia ruim.

O dólar, no mês de setembro, valorizou-se cerca de 2,24% ante o real, ao mesmo tempo em que a Bolsa apresentou movimento de baixa, refletindo preocupações fiscais, políticas, inflacionárias e a respeito de preços de commodities que também afetam as ações. Aliás, a alta da moeda estadunidense contribuiu muito para a escalada inflacionária no Brasil, obrigando o Banco Central a elevar a taxa básica de juros – hoje

em 6,25% -, o que por si só já reflete em aumento de custos nas operações de crédito, mesmo que o IOF não sofra reajuste.

Apesar da alta do dólar, muitas empresas ainda estavam buscando recursos no exterior que, na maioria dos casos, são utilizados para continuidade do próprio negócio. É o caso das empresas estrangeiras de investimentos e das multinacionais com subsidiária no Brasil que são oneradas pelo IOF tanto na remessa de recursos quanto na captação. Tais transações, dependendo do valor, ficarão muito onerosas, o que fará com que a empresa, em muitos casos, repense a operação, haja vista que captar ou transferir recursos do exterior para o Brasil significa uma perda considerável e, em muitos casos, pode se tornar um problema para a empresa.

Sendo assim, se for efetivada uma mudança nas alíquotas do IOF no câmbio, o impacto negativo será imediato. Para as empresas, o reajuste do IOF junto com a alta do dólar, pode até chegar a inviabilizar certos negócios. Mesmo que a alta seja por um período curto, é uma decisão errada tomada no momento errado e por um motivo igualmente errado. Onera a economia, aumenta o desemprego e aumenta a necessidade de auxílio governamental. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo.

O que se passa na China

» SACHA CALMON
Advogada

O mais importante da economia chinesa é sua poupança extraordinária. Em 2010, a poupança nacional bruta alcançou 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Desde então, caiu um pouco, correspondeu a 44% do PIB em 2019. Embora a poupança das famílias seja extremamente elevada, ao atingir 38% das rendas disponíveis entre 2010 e 2019, ela responde por pouco menos de metade. (O restante consiste, principalmente, de lucros corporativos retidos). Os investimentos mais as exportações líquidas têm de corresponder à poupança quando a economia opera próxima da produção potencial, para que não sofra uma desaceleração severa. Então, os chineses deram de construir prédios.

O investimento fixo total alcançou, em média, cerca de 43% do PIB de 2010 a 2019. Surpreendentemente, esse percentual foi cinco pontos percentuais superior ao registrado entre 2000 e 2010. Essa combinação de aumento do investimento e retração do crescimento indica uma grande queda dos retornos sobre o investimento. O alto investimento está associado à enorme ampliação do endividamento, principalmente das famílias e do setor corporativo não financeiro: o primeiro saltou de 26% para 61% do PIB, entre os primeiros trimestres de 2010 e de 2021, e o segundo, de 118% para 159% (uma parte significativa desse investimento foi desperdiçada).

O próprio Xi Jinping falou da necessidade de mudar “para buscar um crescimento genuíno, e não um crescimento inflado, do PIB”. (Essa combinação de investimento elevado com a disparada do endividamento está relacionada à magnitude e à rapidez do crescimento do setor imobiliário). Estudo de 2020 de Kenneth Rogoff e Yuanchen Yang argumenta que o setor imobiliário chinês con-

tribuiu com 29% do PIB em 2016. Entre as economias de alta renda, apenas a Espanha pré-2009 se equiparou a esse nível (33% do investimento excepcionalmente elevado da China se concentrou em imóveis).

Uma série de indicadores mostra que esse investimento é impulsionado por preços insustentáveis e por excesso de alavancagem que está criando, capacidade excedente: Em Pequim, Xangai e Shenzhen, o patrimônio residencial respondeu por 78% do total dos ativos chineses em 2017, contra 35% nos Estados Unidos.

São comparáveis às observadas em países de alta renda; os indicadores de capacidade excedente são altos; e as taxas de propriedade de imóveis residenciais alcançaram 93% em 2017. Além disso, a formação de famílias está se desacelerando, a população da China está envelhecendo e 60% dela já está urbanizada. Todos esses fatores indicam que o surto de crescimento imobiliário tem de acabar. Existem prédios vazios, e como o governo controla o sistema financeiro chinês, ele evitará uma crise financeira. Uma grande queda dos preços das residências e um grande impacto negativo sobre a riqueza e os gastos das famílias poderão ser evitados. Rogoff e Yang argumentam que “uma queda de 20% na atividade imobiliária poderá levar a uma queda de 5% a 10% do PIB, mesmo sem a amplificação representada por uma possível crise bancária”.

Diz Martin Wolf, editor e principal analista econômico do *Financial Times*: Entre 2012 e 2019, o investimento foi responsável por 40% do crescimento da demanda da China. Se o investimento em imóveis cair significativamente, deixará um déficit enorme, tolerar esse ajuste doloroso será, em última instância, uma providência desejável.

Deverá melhorar o bem-estar da população: afinal, construir imóveis desnecessários é um desperdício de recursos. Desacelerar o ritmo recente dos investimentos em imóveis também será uma consequência natural das “três linhas vermelhas” impostas pelo governo às incorporadoras: limites rígidos à relação dívida sobre ativos da empresa, à sua relação dívida sobre capital e à sua relação caixa sobre dívida de curto prazo.

A principal política agora é deslocar os gastos para o consumo e afastá-los do investimento que causa desperdício. Isso exigirá redistribuição de renda para as famílias, principalmente para as famílias mais pobres, além de aumento no consumo público. Uma mudança desse gênero combinará com o recente ataque aos privilégios das grandes fortunas.

As crises representam oportunidades. O governo chinês sabe que o grande surto de crescimento dos investimentos em imóveis ultrapassou os limites do razoável. A economia precisa de outros impulsores de demanda. Uma desaceleração econômica prolongada, como a do Japão, é desnecessária, principalmente quando se considera o espaço existente para melhorar a qualidade de vida. O modelo fundamentado no desperdício de investimentos imobiliários chegou ao fim.

A China vai tornar-se uma economia de consumo, na certa! O PC tem visão! De resto, mostra uma combinação sem par no mundo: uma economia de mercado sob um governo único. Na China, deu certo. Aqui, um mandão desandou a economia. Só fala em moral. Qual moral? E o bem-estar do povo? Estamos indo para o ralo dos ratos bolsominions (tem muito queijo sendo comido debaixo dos panos).

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O magistério como teto salarial

Estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese) indicou que o salário mínimo capaz de prover o sustento para uma família de quatro pessoas, deveria ser, em julho deste ano, de R\$ 5.518,79. Esse montante equivale a 5,02 vezes o salário mínimo, que hoje corresponde a R\$ 1.100.

Aliás, seria justo estabelecer o salário mínimo com base nesse estudo, já que esse é um levantamento sério, que vem sendo feito nas últimas décadas e tem por base o valor real do custo de vida em nosso país, incluindo aí todos os itens necessários a uma vida condigna para uma família de pai, mãe e dois filhos.

Infelizmente, ao longo dos anos, os governos, tanto aqueles que se dizem posicionar à esquerda como os de direita, têm alegado a impossibilidade de caixa em honrar esse valor real, apresentando para isso uma matemática que nunca chegou a convencer os trabalhadores.

O fato é que, entre o que mostra o estudo do Dieese e o que tem pago o governo, e mesmo o empresariado, está muito distante das necessidades básicas dos trabalhadores, que novamente voltam a sentir a deterioração de seus salários por conta de uma inflação que voltou com força. A pesquisa que tem sido feita em consonância com a variação de preço da Cesta Básica pode ser aferida por qualquer um que vá hoje aos supermercados e feiras em todo o país.

É preciso destacar que, desde o estabelecimento do Plano Real, em 1994, o poder de compra da moeda instituída naquela ocasião perdeu, ao longo desses 27 anos, aproximadamente 85% de seu valor de face, corroída pelo aumento de preços ano a ano. A desvalorização sem precedentes da moeda frente ao dólar, em benefício direto aos exportadores, com a transformação de itens básicos da alimentação em commodities, fez o estrago final.

Com base nessa realidade, que tende a piorar, segundo economistas, e ainda por conta do Dia do Professor, comemorado discretamente em 15 de outubro, matéria de capa deste jornal, em sua edição de ontem, mostrou que um docente no Distrito Federal recebe o maior salário médio em relação à outros profissionais pelo país afora, com o valor de R\$ 5.167,64.

Diante dessa realidade, o que se pode deduzir, estabelecendo uma relação com o estudo do Dieese, é que os professores da capital do país recebem, praticamente, o que seria um salário mínimo real. Para piorar a situação, que em si já é péssima, os professores com menor rendimento médio, os do estado do Rio Grande do Norte, recebem hoje um salário de R\$ 1.789,51, o que corresponderia, segundo o Dieese, a 1/5 do salário mínimo real.

Trata-se, aqui, de uma condição histórica, que sempre foi deixada em segundo plano por todos os governos e vem sendo piorada pelo atual chefe do Executivo e por muitos governadores. O mais triste é constatar que um deputado federal, que fica quatro anos no Poder Legislativo, chega a receber por mês, não contando as outras vantagens, um salário que hoje corresponderia a até 18 vezes o que ganha um professor em sala de aula.

Descontando as tipicidades de cada função e a importância para a nação de cada uma delas, mas já adiantando que os professores são infinitamente mais importantes para o presente e o futuro do país do que qualquer parlamentar com assento hoje ou ontem no Congresso Nacional, o que fica de lição dessa disparidade sem razão de ser é que, cedo ou tarde, as autoridades e a própria sociedade terão que se posicionar sobre essa questão, sob pena de o Brasil permanecer mergulhado no atraso, em pleno século 21.

Uma boa fórmula para deter injustiças e ilegitimidades desse fosso salarial entre educadores e políticos e outras altas autoridades do Estado é a fixação do teto salarial do funcionalismo público com base no que, em tese receberia, um professor universitário ou pesquisador, no fim de carreira, com trabalhos publicados e dedicação integral ao ofício. Com isso ficaria fixado que o maior salário pago aos profissionais do Estado seria o de um professor, o que poderia atrair as melhores cabeças do país de volta ao magistério, dando finalmente uma condição digna a uma carreira que é fundamental para a formação das novas gerações.

»» A frase que foi pronunciada

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas”

Rubem Alves

Blecaute

» Recente episódio é bastante revelador: um pombo chocou-se com um transformador, causando curto-circuito e desligando a energia de várias residências no Lago Sul. Isso ocorreu por volta das cinco horas da manhã de sexta-feira. Houve acionamento da empresa em vários momentos: pelo sistema SMS (torpedo), que era oferecido no passado pela CEB, pelo Whatsapp e via telefone, sem qualquer providência. No final da tarde daquele dia, estiveram no local servidores da empresa que identificaram o poste onde o transformador estava localizado e repassaram os dados para a concessionária. Apenas às sete horas da manhã do dia seguinte, sábado, a Neoenergia iniciou o conserto e regularizou o problema por volta das oito horas. Leia no blog do Ari Cunha, o artigo completo de Paulo Cardoso.

Destaque

» Sustentabilidade financeira, inovação e qualidade, responsabilidade social e governança corporativa. Os Correios conquistaram a 57ª posição de maior empresa do Brasil.

»» História de Brasília

Pondo em prática esta medida, a Prefeitura facilitaria em muito a localização de endereço. É que hoje há quadra com o mesmo número de um lado e de outro, fazendo grande confusão. (Publicada em 10/02/1962).